

Reunião conclui que a ecologia depende do desenvolvimento

BRASÍLIA — Os participantes da 6ª Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente na América Latina e Caribe conseguiram chegar, depois de discutir pela noite a dentro, a um documento comum. Os países de língua inglesa do Caribe, liderados por Trinidad Tobago, queriam a eliminação dos termos mais críticos em relação aos países do Primeiro Mundo. Mas o documento final, liberado na manhã de ontem, não parece diferir substancialmente do texto proposto pelo Brasil.

A maior parte do tempo das discussões foi gasto em torno de uma frase incluída no documento proposto pelos países de língua inglesa do Caribe. Ela dizia que "considerando que o conceito de meio ambiente transcende as fronteiras nacionais, o exercício desse direito reforça a necessidade de cooperação internacional".

Os países de língua espanhola e portuguesa discordaram da inclusão da frase no texto final da reunião, achando que abriria caminho à intervenção estrangeira em problemas internos de cada país. Na reunião, alguns representantes chegaram a levantar suspeitas de que haveria um "dedo" da Inglaterra, na posição dos países caribenhos, já que eles pertencem à Comunidade Britânica, o *Commonwealth*.

O documento finalmente aprovado, em torno da 1h da madrugada de ontem, reafirma o direito soberano dos países à administração de seus recursos naturais mas destaca que "o melhoramento das condições econômicas e sociais é o fator essencial para impedir a degradação ambiental". "Na América Latina e Caribe, bem como nos demais países do terceiro mundo", acrescenta a declaração, "o subdesenvolvimento e a deterioração ambiental são elementos de um círculo vicioso que condena milhões de pessoas a uma qualidade de vida abaixo dos níveis de dignidade humana".

O direito soberano de administrar livremente seus recursos naturais não exclui, pelo contrário, reforça, segundo os dirigentes, a necessidade de cooperação internacional. Na declaração conjunta consta que "o problema da dívida externa e o estabelecimento de uma nova ordem internacional justa e equitativa, são condições essenciais para a consolidação democrática da América Latina e Caribe, a promoção da paz na região e o desenvolvimento econômico e social, única alternativa possível para aproveitamento racional de nossos recursos naturais".

Os ministros enfatizaram que o melhoramento das condições econômicas e sociais é o fator essencial para impedir a degradação ambiental em seus países. Na opinião deles, os níveis atuais de crescimento "limitam severamente os objetivos de que uma gestão ambiental adequada possa ser facilmente alcançada".

"A dívida — assinala o documento — não pode ser paga nas condições atuais, nem aumentando a fome e a miséria de nossos povos, nem com mais subdesenvolvimento e a conseqüente degradação de nosso meio ambiente".

Os países da América Latina e Caribe, que se reuniram em Brasília dias 30 e 31 de março, propuseram que os organismos financeiros internacionais assegurem, mediante facilidades institucionais específicas, a disponibilidade de recursos adicionais suficientes para a realização de projetos de proteção ambiental. Além disso, os países desenvolvidos devem garantir o livre acesso dos países do terceiro mundo às novas tecnologias, repassadas sem fins lucrativos. "O acesso a novas tecnologias ambientais não pode ser subordinado a interesses puramente comerciais", diz a declaração de Brasília.

Os ministros defendem ainda fim imediato de todos os testes nucleares, realizados pelos países do Primeiro Mundo. "Somente assim — declaram os ministros no documento — será possível garantir a proteção do meio ambiente contra o risco da contaminação e da destruição ecológica. Estes recursos liberados deveriam ser canalizados para promover o desenvolvimento social e econômico".